

TERRAS PÚBLICAS

Decisão de juiz de manter quatro bombeiros em becos de Taguatinga motivou mais de 150 militares a recorrer à Justiça. Associação da categoria prepara os novos processos, que devem ser enviados hoje ao TJDF

Enxurrada de ações

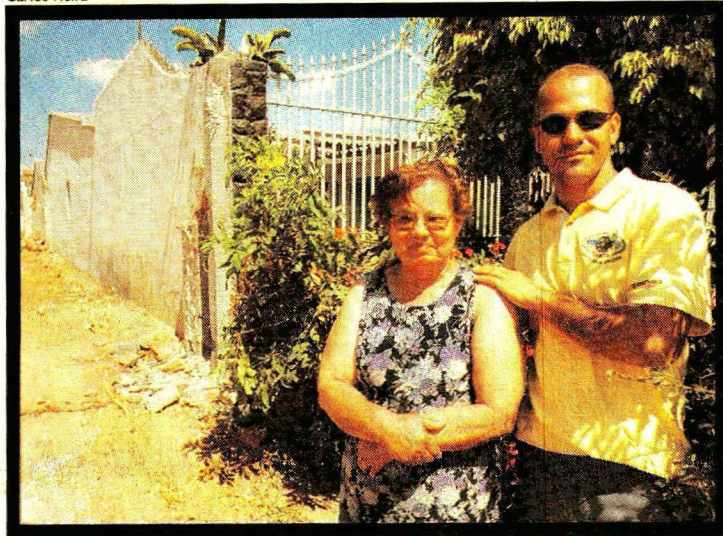
GUILHERME GOULART

DA EQUIPE DO CORREIO

Mais de 150 bombeiros e policiais militares preparam ações coletivas para tentar, na Justiça, reocupar becos de Ceilândia e Taguatinga. Motivadas pela decisão do juiz Esdras Neves Almeida, que permitiu a volta de quatro bombeiros para lotes de Taguatinga, centenas de pessoas lotaram, logo cedo, a Associação Única dos Bombeiros Militares Ativos e Inativos do DF (Asbom), entidade em que os beneficiados são associados. Todos queriam obter o mesmo direito conseguido, na quarta-feira, por Geovani da Silva Carvalho, André Luiz Araújo, Salomão Rodrigues e Guiliano Jesus de Souza.

A maioria dos militares busca esclarecimentos sobre a decisão judicial. Depois das explica-

Carlos Vieira



SALOMÃO RODRIGUES VOLTOU AO BECO ONTEM: APOIO DA VIZINHA, LOURDES COSTA

ções do advogado Lael Ferreira Neto, da Asbom, o presidente da entidade, Geovani Carvalho, um dos beneficiados, abriu inscrições para novos associados. Era a

garantia de que eles poderiam fazer parte das ações coletivas. “A entidade está prestando um serviço. Quem se associar, não terá custos”, explicou Carvalho. Até as

21h de ontem, o advogado e o presidente da Asbom estavam reunidos para definir os detalhes das ações, que devem ser enviadas ao Tribunal de Justiça do DF ainda hoje.

Em sua decisão, o juiz Esdras Neves, da 6ª Vara de Fazenda Pública do DF, acatou o argumento de que a distribuição dos 700 becos feita pelo GDF no último dia 14 de julho não respeitou a pontuação dos militares cadastrados na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh). Os bombeiros alegam ter mais de 3 mil pontos, mas alguns militares com pontuação menor acabaram beneficiados.

Apesar de representar os bombeiros, a Asbom recebeu inscrições também de PMs. O soldado Freitas, do 8º BPM (Ceilândia), inscreveu-se, ainda pela manhã, na associação para usar os serviços do advogado da entidade. Com a mulher e os dois filhos, ele

ocupou um lote na QNM 22, em Ceilândia, onde construiu uma casa. Com medo da moradia ser derrubada na próxima operação do Siv-Solo, programada para segunda-feira, ele preferiu antecipar-se. “Entendo que é um direito meu entrar na justiça também.” Na última terça-feira, o trabalho de desobstrução dos becos em Taguatinga foi concluído com a liberação de 118 terrenos e a derrubada de 109 edificações nos setores QNJ, QNL e QNM.

Com o direito adquirido na Justiça de continuarem nos lotes ocupados, dois dos bombeiros beneficiados visitaram ontem o que restou das suas moradias. Salomão Rodrigues, 29 anos, encontrou-se até janeiro para levantar uma casa de R\$ 10 mil na QNJ 50, Lote 25-A. Ao voltar ao local, foi recebido pela vizinha Maria de Lourdes Lopes da Costa, 70, que o parabenizou pela liminar conquistada. “Isso aqui

era ponto de marginal. Com ele, há mais segurança”, acredita a aposentada.

O bombeiro André Luiz Araújo visitou pela primeira vez os escombros da casa construída na QNJ 44, Lote 32-A. “No fim de semana, amigos e vizinhos vão ajudar em um mutirão para reconstruirmos tudo”, promete o rapaz, casado e pai de um filho.

A procuradoria geral do DF recorreu, no final da tarde de ontem, da liminar concedida pelo juiz Esdras Neves Almeida. O GDF tentará, em segunda instância, suspendê-la. Um desembargador julgará o caso. Até o fechamento desta edição, não havia decisão sobre o processo.

COLABOROU FÁBIO GÓIS

LEIA MAIS SOBRE BECOS NA

PÁGINA 22